

TOMADA DE POSIÇÃO DO CONSELHO INTERMUNICIPAL

No seguimento da reunião do Conselho Intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões, realizado no passado dia 7 de janeiro, deliberou este, por unanimidade, tomar uma posição pública relativamente ao estado em que se encontra o IP3, bem como sobre o impacto das intempéries que assolaram a região, através de uma conferência de imprensa.

Como é sabido por todos, as últimas intempéries que assolaram a região vieram colocar a descoberto um conjunto de problemas existentes em diversas infraestruturas que se encontram sob a tutela do Governo, como por exemplo a EN 2 e a EN 228, e que fruto do adiamento, sucessivo, das intervenções que as mesmas necessitam, bem como a falta de manutenção em outras tantas, vieram colocar a região numa situação de acessibilidade ainda mais precária.

Estamos pois a falar da interrupção ou circulação condicionada de um conjunto de vias fundamentais para a conectividade da região, sendo exemplo disso o IP3 bem como outras estradas nacionais que cruzam Viseu Dão Lafões e que estão sob a tutela da Administração Central.

Consequentemente a este período crítico, que provocou danos significativos na rede rodoviária, outros equipamentos públicos, linhas de água, entre outros, foram severamente atingidos pelo que é desejável que sejam desencadeados instrumentos de apoio ao restabelecimento da sua fruição, bem como a reposição do potencial da região.

Como é sabido, neste período de tempo, ocorreu o deslizamento de um talude no IP3, que não é consequência das obras em curso, e que veio interromper a circulação desta via estrutural, insubstituível, numa primeira fase com o corte total da via e desde há duas semanas a esta parte com o corte da circulação no sentido Souselas Penacova.

A par desta situação não se conhece qual o calendário existente para o restabelecimento, integral, da circulação rodoviária, o que se afigura inadmissível.

Reclama-se, com absoluto carácter de urgência, o restabelecimento da circulação integral no IP3, mobilizando-se, para o efeito, todos os meios necessários para que isso ocorra de imediato.

A propósito do IP3, os trabalhos de conservação e de segurança que estão a decorrer, tinham um prazo previsto de 300 dias, prazo esse que se aproxima do seu fim, sem que os trabalhos apresentem sinais de estarem em fase de conclusão. Muito pelo contrário.

Era expectável, por todos nós, que os troços que inicialmente foram suspensos fossem sendo abertos após a realização dos trabalhos, o que não se verifica.

É pois desejável que seja feito um planeamento e uma fiscalização capazes de minorar os constrangimentos, que deveriam ser pontuais, mas que são contínuos, pelo que se impõem as seguintes perguntas:

Quando estarão concluídos estes trabalhos?

Mantém-se o calendário dos 300 dias?

Ninguém ignora que estes constrangimentos têm impacto económico nesta região, nas demais regiões vizinhas, bem como nos milhares de cidadãos que diariamente têm de percorrer esta via, no decurso das suas atividades profissionais, ou no acesso aos cuidados de saúde, lesando a atividade económica e social de toda a região

Também as empresas sentem, de forma expressiva, estes impactos negativos, através do aumento dos custos de deslocação dos seus produtos, podendo ser gerador de uma depressão da atividade económica, a que não será alheio, também, a atividade turística, que já sente o impacto destes factos.

Assim, a CIM Viseu Dão Lafões, os seus Autarcas, os seus Empreendedores, os seus Empresários e todos os Cidadãos que aqui vivem, esperam ter o tratamento digno, que antes de um direito é uma obrigação das Instituições para com os cidadãos que diariamente lutam pela valorização deste território.

Desta tomada de posição deve ser dado conhecimento a:

Sua Excelência o Presidente da República;

Sua Excelência o Primeiro-Ministro;

Ao Senhor Ministro das Infraestruturas e da Habitação;

À Senhora Ministra da Agricultura; e

Ao Senhor Presidente da CCDR do Centro.

Tondela, 7 de janeiro de 2020

O Conselho Intermunicipal